



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13702 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

O ovo de serpente: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da escola

Thais C M Gava - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Cláudia Pereira Vianna - USP- Universidade de São Paulo

O ovo de serpente: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da escola

Resumo:

Este trabalho analisa o discurso antigênero na disputa pelos sentidos de gênero da função da educação escolar. Tomamos de Ingmar Bergman a expressão “ovo da serpente” para refletir sobre algo nascido sob circunstâncias específicas como autoritarismo e instabilidade política, social e moral, que adentra as instituições, em especial a escola. Estudos de casos múltiplos (YIN, 2010), realizados entre 2018 e 2023 com base em conceitos analíticos de gênero (SCOTT, 1995), significante vazio (LACLAU, 2011) e biografia da denúncia (AHMED, 2018) possibilitaram identificar a ação de denúncia antigênero como estratégia de perseguição, censura e disputa dos sentidos da educação escolar. Concluímos que as denúncias de uma determinada perspectiva de gênero não significam a interrupção da discussão em si, mas a adoção da visão hegemônica, baseada no binarismo e na ordem essencialista sobre as diferenças sexuais que trazem consequências para o ambiente escolar. Um “ovo da serpente” que no interior das relações escolares impõe práticas e concepções estreitas, até mesmo excludentes. Assim, ao questionarem a pertinência do trabalho com a temática de gênero as denúncias pressupõem a disputa entre modelos de família, docente e estudantes que desconsideram ou defendem a educação como um direito de todas as pessoas no Brasil.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Denúncias de gênero

Introdução

O discurso antigênero (BARRANCOS, 2022; ARGUEDAS, 2020; BARZOTTO, 2020; JUNQUEIRA, 2018; PRADO, CORREA, 2018; CORRÊA, 2017;

PATERNOTTE,2018; CORNEJO-VALLE, PICHARDO, 2017) mobiliza há décadas grupos sociais (religiosos ou não) para a manutenção da ordem vigente, fundamentada em uma moralidade social, política e individual pautada em preceitos dogmáticos, por meio da defesa da centralidade da família como núcleo social, na qual homens e mulheres apresentam papéis preestabelecidos e fixos pautados na heterossexualidade. Contudo, as reflexões teóricas mais recentes fazem o alerta de uma inflexão em curso: a “lógica antigênero deixou de ser uma estratégia de mobilização política dispersa no tecido socioinstitucional para se converter em política pública explícita” (PRADO, CORRÊA, 2018, p. 447), não mais centrada apenas em grupos religiosos ou estritamente reacionários, mas pautada em uma heterogeneidade de forças sociais, promovendo novas gramáticas e possibilidades de atuação tanto no âmbito transnacional como no local.

O presente trabalho, fruto de pesquisa ^[1] realizada entre 2018 e 2023, partiu do contexto acima descrito e das referências que colocam o discurso antigênero na disputa pelos distintos significados de gênero e suas possíveis reverberações para a educação no país. Acredita-se que a possibilidade ou não da adoção de uma perspectiva inclusiva de gênero, capaz de enfrentar as violências e preconceitos depende diretamente dos acordos a serem realizados por meio do projeto proposto para a escola.

Muito se vem refletindo sobre o caráter reprodutor da escola, como um espaço de formação de sujeitos, normalização de comportamentos e reedição de conceitos delimitados pelas mesmas relações de poder que estruturam a sociedade. Mas, a escola é também um espaço de construção das resistências a esses processos de controle, um local onde se constrói estratégias de enfrentamento e novas relações, no qual as pessoas estão imersas em um processo intenso de participação e investimento continuado e produtivo na determinação de suas formas de ser e viver.

Ao destacar o aspecto político da escola assumimos que ela pode ser entendida como um *lócus* de possibilidades e deslocamentos de gênero e sexualidade no cenário brasileiro. Entretanto, o discurso antigênero vem contestando a legitimidade da discussão de gênero no ambiente escolar, reforçando o caráter reprodutor da escola, tendo como pano de fundo o embate político e ideológico sobre a educação escolar.

Partimos do pressuposto de que há uma íntima relação entre o que ocorre no contexto mais amplo, nos enfrentamentos e disputas das políticas antigênero e suas estratégias no campo educacional para barrar o debate de gênero. Para tal, tomamos de Ingmar Bergman a expressão “o ovo da serpente”, usada para refletir sobre algo pernicioso, nascido sob circunstâncias específicas como autoritarismo e instabilidade política, social e moral, e que se adentra nas instituições sociais, políticas e, no caso, educativas.

Com o foco nas estratégias antigênero no campo educacional, localizamos a denúncia como uma das mais difundidas para barrar a educação em gênero e sexualidade, por meio da exposição de pessoas e instituições, via notificações extrajudiciais para instituições

educacionais (na figura da pessoa jurídica) e docente (pessoa física).

No geral, as escolas e professoras foram denunciadas por realizar um trabalho relacionado a gênero ou sexualidade, com a menção da “ideologia de gênero”, por meio de notificação extrajudicial e publicização digital (vídeos, manifestações e uso das redes sociais) para que a denúncia ganhasse escala e potência capazes de causar um pânico moral e extrapolar os ambientes educacionais.

Esse processo foi observado, por exemplo, no questionamento das temáticas relacionadas ao gênero e às sexualidades nas atividades propostas por professoras, na condução das relações escolares, em especial com as crianças, e também nas resoluções sobre destinação de verbas ou em políticas educacionais mais amplas, como o Plano Nacional de Educação, em 2014.

Esses eventos mostram uma articulação de ações que buscam disputar os sentidos sobre o trabalho com gênero, negligenciando as reflexões elaboradas a partir de uma perspectiva crítica e libertária (hooks, 2017).

A partir das reflexões trazidas sobre o uso do discurso antigênero na educação com base nos conceitos analíticos de gênero (SCOTT, 1995), significante vazio (LACLAU, 2011) e biografia de uma denúncia (AHMED, 2018) identificamos a ação de denúncia de gênero, em especial as notificações extrajudiciais às escolas e docentes, como uma estratégia de perseguição, censura e disputa dos distintos sentidos da educação escolar. Um “ovo da serpente” que no interior das relações escolares impõe práticas e concepções estreitas, limitantes e, até mesmo excludentes, de sujeito e de mundo.

Caminhos e métodos da Pesquisa

A investigação foi organizada a partir de dois casos observados em escolas públicas de São Paulo que receberam notificações extrajudiciais por conta de ações relacionadas a gênero e sexualidade com estudantes. A partir do estudo de casos múltiplos (YIN, 2010) procuramos abarcar uma visão global sem perder suas especificidades contextuais. A intenção não foi comparar contextos singulares, mas compreender as especificidades de cada caso, as formas específicas de suas denúncias e enfrentamentos para então empreender uma análise teórica capaz de apontar novos elementos e aprofundar as reflexões sobre a disputa pela função social da escola.

A principal técnica de coleta de informações foi a entrevista semiestruturadas para buscar uma compreensão que extrapolasse as explicações baseadas em categorias pré-definidas. A reflexão teórica foi formulada a partir das falas das pessoas envolvidas nas denúncias de gênero, uma vez que as palavras carregam sistemas complexos do mundo social, constituídos (e constituintes) das interações sociais das pessoas entrevistadas (KAUFMANN (2013).

A denúncia de gênero surge então como uma categoria analítica – política e relacional – na medida em que a notificação extrajudicial passa a ser entendida em seu caráter disruptivo, de desnaturalização das relações de poder estabelecidas no ambiente escolar. O contexto das denúncias diz muito sobre as disputas de gênero e funciona como um sinalizador do processo de rompimento das dinâmicas e acordos consensuados coletivamente.

A denúncia: preâmbulos, explicitações e reverberações

A análise da denúncia antigênero enquanto um processo de disputa significou, para nós, uma tentativa de desvelar a complexidade do uso da denúncia de gênero como um instrumento mobilizador, capaz de romper com regras e acordos previamente estabelecidos e muitas vezes normalizados como um consenso de um determinado grupo.

A “ideologia de gênero” foi utilizada para demarcar uma estratégia de interdição dos trabalhos ocorridos na escola. Ao utilizar a referência do significante vazio (LACLAU, 2011), buscamos explorar as cadeias de equivalência que usam o termo como ponto nodal para a construção do discurso antigênero, mas também para o questionamento da escola como uma instituição responsável pela formação de uma sociedade mais plural e inclusiva. Nesse raciocínio, a equivalência estabelecida entre “ideologia de gênero” e doutrinação docente foi algo tão elaborado que, num primeiro momento, poucas as pessoas entenderam que ali havia um questionamento da escola e da forma de educar de um município.

Foi possível observar também a potencialidade do gênero como uma categoria de análise muito útil para a desconstrução do caráter monolítico das denúncias na busca pelas contradições e significações em determinado contexto de luta política.

Uma importante constatação é a de que as denúncias de uma determinada perspectiva de gênero não significam a interrupção da discussão sobre gênero em si, mas a adoção da visão hegemônica, baseada no binarismo e na ordem essencialista das percepções sobre as diferenças sexuais que trazem diversas consequências para o ambiente escolar. Uma demanda pela manutenção de uma suposta ordem social que delimita e, portanto, exclui demandas sociais de enfrentamento das formas de sujeições das mais diversas ordens.

O que se coloca em questionamento é a pertinência de uma perspectiva crítica de gênero e de educação para o trabalho no ambiente escolar. Nesse sentido, as estratégias de enfrentamento adotadas frente às denúncias dizem muito sobre as reverberações e seus possíveis encaminhamentos.

É indispensável ter em mente que esse referencial pressupõe a indeterminação das relações entre as diferentes demandas de distintos grupos sociais. Por mais que em seu preâmbulo a denúncia de gênero seja entendida como uma ação de perseguição, pode-se dizer que ela abre a possibilidade de outras articulações, ampliando o campo para a ação histórica por meio de lutas contra hegemônicas (PENNA, 2018).

A maneira como a denúncia é recebida e encaminhada é vital para o fortalecimento ou não da escola frente ao questionamento da sua função na sociedade. Entender a denúncia como evento que diz respeito à escola, no coletivo, possibilita a ampliação de alianças para seu enfrentamento e para a criação de sentidos sobre a função da escola que vão além da aprendizagem.

Chantal Mouffe (2006) nos tira a ilusão de uma isenção ao afirmar que as relações de poder perpassam todas as relações e que elas são entendidas como políticas, ou seja, os embates criados a partir das diferentes demandas possibilitam articulações hegemônicas e contra hegemônicas, sempre com a promessa de algo novo, pois estamos lidando com algo incompleto e transitório. Esses posicionamentos foram fundamentais para aprofundar a análise dos movimentos antagônicos.

Assim, mais do que pensar numa ofensiva propriamente dita aos direitos conquistados e às estratégias disruptivas de lógicas estruturadas pautadas pela heteronormatividade, consideramos fundamental olhar para o cenário brasileiro, a partir de suas especificidades e buscar pelas demandas que estão sendo agregadas à "ideologia de gênero", assim como pelas estratégias utilizadas para tal empreitada.

No caso específico deste trabalho, o olhar direcionou-se para a arena educacional e suas disputas que pretendiam alcançar uma identidade em busca de uma hegemonia. É evidente que esse é um pequeno recorte, mas necessário para que possamos entender e demandar um significado mais amplo no que se refere às políticas e práticas educacionais.

As denúncias de gênero dão novos matizes para os sentidos da escola, pois ao questionarem a pertinência do trabalho com a temática de gênero pressupõem a disputa entre modelos de família, docente e estudantes que desconsideram ou defendem a Educação como um direito de todas as pessoas no Brasil. Partindo do raciocínio que gênero constrói a política e a política constrói o gênero (SCOTT, 1999) é possível ampliá-lo e pensar que a escola faz o gênero e o gênero também faz a escola.

Referências

AHMED, Sara. *Excluir-se*. [Tradução: Gabriela Baptista], 1ª edição, São Paulo. Zazie Edições, 2018.

ARGUEDAS, Gabriela. (2020). «Ideología de género», lo «post-secular», el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: La vocación antidemocrática. In: Correa, Sonia (ed.). *Políticas antigénero en América Latina: Estudios de caso* (pp. 11-35). Río de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política.

BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Tradução Michele Stroada, 1ed, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BARZOTTO, Carlos Eduardo. *Distopia à brasileira: A (re)produção do discurso antigénero*

no Contexto das políticas públicas educacionais de municípios do Rio Grande do Sul (2014-2019). 134. Dissertação, Educação. Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CORRÊA, Sônia. Algumas palavras sobre *Ideologia de gênero: rastros perdidos e pontos cegos*. In: *Colóquio Gênero Ameaça(n)do. Análises e Resistências*, 30 e 31 out. 2017, Rio de Janeiro [<https://youtu.be/VWBj6GX2Umo>] acesso: 10/12/2018

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

KAUFMANN, J.-C. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Bradão Cipolla. 2ª Edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 222p.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2006.

PENNA, Fernando. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática. In: PENNA, F. A.; QUEIROZ, F.; FRIGOTTO, G.. (Org.). *Educação Democrática: antídoto ao Escola sem Partido*. 1ed. Rio de Janeiro RJ: LPP UERJ, 2018, v. 1, p. 111-130.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso, planejamento e métodos*. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

[1] Trata-se de pesquisa de doutoramento articulada à investigação desenvolvida com apoio do CNPq/PQ